



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Certificado digital: tempo perdido

A promessa era simplificar. Na prática, para muitos empresários, a renovação do certificado digital virou mais um teste de paciência. O que deveria ser resolvido em poucos minutos frequentemente exige videoconferências demoradas, envio de documentos, reconhecimento facial, validações sucessivas e, não raramente, a repetição de todo o processo por falhas técnicas. A burocracia não desapareceu. Apenas trocou o balcão pela tela do computador.

Revisão de procedimentos

A digitalização dos serviços é um caminho sem volta e trouxe avanços importantes. Mas quando um empresário precisa gastar até 45 minutos para renovar uma ferramenta indispensável ao funcionamento da empresa, algo claramente precisa ser revisto.

Tecnologia deve facilitar

O senador gaúcho Luis Carlos Heinze (Progressistas, foto) afirma receber relatos frequentes de empresários e produtores rurais que enfrentam dificuldades para cumprir exigências digitais cada vez mais complexas. “A tecnologia deve facilitar a vida das pessoas, e não criar novas dificuldades”, disse à coluna. Segundo ele, a segurança é necessária, mas não pode vir acompanhada de excesso de burocracia.

“Precisamos simplificar esses procedimentos e respeitar o tempo de quem trabalha, empreende e gera empregos no Brasil”, defende.



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO/JC

Integração é o caminho

O senador gaúcho Paulo Paim (PT) concorda que a redução da burocracia digital é um desafio permanente. Para ele, o avanço depende da integração entre plataformas e do compartilhamento de informações entre órgãos públicos. Paim cita como exemplo o sistema Gov.br, que centraliza milhares de serviços e reduz a necessidade de autenticações presenciais.

Educação digital

“Precisamos investir cada vez mais na educação digital para a inclusão de todos os brasileiros. Avançamos muito, mas ainda temos muito o que fazer”, afirma Paim.

Carne brasileira sob pressão

A decisão da União Europeia de retirar o Brasil da lista de países habilitados a exportar determinados produtos de origem animal continua repercutindo em Brasília. O deputado federal gaúcho Luciano Zucco (PL) protocolou requerimento para realização de audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara. A preocupação é compreender os impactos econômicos da medida, que poderá restringir exportações brasileiras a partir de setembro.

Reflexos na produção e empregos

Zucco alerta que produtores, cooperativas, frigoríficos e exportadores acompanham o tema com preocupação. “O Brasil ocupa posição estratégica no mercado global de proteínas e qualquer barreira comercial gera reflexos imediatos.”

Senadores discutem ritmo de análise da PEC da escala 6x1

Davi Alcolumbre afirmou que matéria terá de passar pelas comissões

/ CONGRESSO NACIONAL

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1 terá seu cronograma de tramitação definido nesta semana no Senado. O texto, aprovado no fim de maio pela Câmara dos Deputados, institui a obrigatoriedade de dois dias de descanso por semana, além de redução jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais, sem redução salarial.

Na semana passada, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou que a PEC não será analisada diretamente pelo plenário da casa e terá de passar pelas comissões. A primeira delas é a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), comandada por Otto Alencar (PSD-BA).

Davi Alcolumbre também reforçou que o Senado precisa ouvir todos os setores envolvidos, o que talvez arraste a análise da proposta ao longo dos próximos meses.

Desde que chegou ao Senado, no dia 28 de maio, a PEC ainda não teve nenhum andamento e acabou tendo a tramitação desacelerada por causa do feriado prolongado de Corpus Christi, na semana passada.

Defendida pelo governo federal e apoiada por amplos setores da sociedade civil, a expectativa é que a PEC do fim da escala 6x1 seja aprovada até meados de julho.



LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL/JC

Parlamentares projetam próximas etapas de tramitação do texto

Assim como na Câmara, após passar por uma ou mais comissões, a PEC ainda precisará ser aprovada por três quintos dos senadores em plenário, o que dá 49 votos, em duas votações seguidas. Havendo alterações no texto, a proposta retorna à Câmara dos Deputados, que dará a palavra final.

Outro projeto importante que está na pauta do Senado nesta semana é a PEC que cria um regime jurídico próprio e concede autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central (BC). O texto é um dos itens de votações da CCJ nesta quarta-feira.

De autoria do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), a PEC transforma o BC em entidade pública de natureza especial, uma nova categoria jurídica criada pela proposta.

O BC passaria a ser definido como entidade que exerce ativi-

dade estatal, integrante do setor público financeiro e dotada de poder de polícia, incluindo regulação, supervisão e resolução.

A proposta coloca o Banco Central fora do âmbito do Orçamento da União. Favorável à autonomia, o relator da PEC, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) considera que a autarquia, embora já conte com autonomia operacional, depende do Orçamento e pode sofrer limitações administrativas e financeiras impostas pelo governo federal.

A autonomia de gestão do BC existe desde 2021, garantida pela Lei Complementar 179, que instituiu mandatos fixos aos diretores e ao presidente da instituição.

Eles são indicados pelo presidente da República, mas não podem ser demitidos por ele no decorrer do mandato.

Se eleito, Flávio diz que postergará reforma tributária



O senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência da República pelo PL, afirmou que, se eleito, suspenderá por um ano a entrada em vigor da reforma tributária aprovada pelo Congresso Nacional. Segundo ele, durante esse tempo, serão formuladas novas regras.

“Vamos suspender a entrada em vigor dela por, pelo menos, um ano, porque já ultrapas-

samos a famosa Curva de Laffer há muito tempo. Muito tributo, altíssima carga tributária e, com isso, começa a haver sonegação”, declarou, durante visita à Times Brasil/CNBC. A Curva de Laffer é a teoria que defende que o aumento de imposto nem sempre resulta em mais receita, pois alíquotas excessivamente altas desestimulam a economia e reduzem a base.

Flávio afirmou que, tal como está, a reforma tributária “veio para aumentar a carga tributária” e “complicou ainda mais” o sistema tributário.

“Temos que buscar uma reforma tributária que seja negativa. A gente consegue, com um governo mais moderno, mais enxuto, usando tecnologia, inteligência artificial, apertando os gargalos de desperdício de dinheiro público, e com isso, vamos conseguir oferecer uma carga tributária mais baixa”, falou o pré-candidato.

O senador defendeu uma revisão para algumas atividades econômicas. “Tem setores que são impossíveis de pagar. Quem é profissional liberal vai pagar quase 40% de imposto”, disse.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade